

<p style="text-align: center;">TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PLENÁRIO <i>GABINETE DO CONSELHEIRO SUBSTITUTO MARCELO VERDINI MAIA</i></p>

VOTO GA-2

PROCESSO TCE-RJ 205.993-9/17

ORIGEM: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAL - EXERCÍCIO DE 2016

RESPONSÁVEL: SR. SAULO DOMINGUES GOUVEA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO. EXERCÍCIO DE 2016. IRREGULARIDADES E IMPROPRIEDADES. CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS APÓS A LIQUIDAÇÃO DA DESPESA CONTRARIANDO O ARTIGO 37 DA CRFB/88. DÉFICIT FINANCEIRO NO TÉRMINO DO MANDATO CONTRARIANDO §1º DO ARTIGO 1º DA LRF. DESCUMPRIMENTO AO ARTIGO 42 DA LRF. PUBLICAÇÃO DE PAUTA ESPECIAL. REMESSA DE ESCLARECIMENTOS E DOCUMENTOS. DILIGÊNCIA INTERNA.

Trata o presente processo da Prestação de Contas de Governo Municipal de Cantagalo, que abrange as contas do Poder Executivo, relativas ao exercício de 2016, sob a responsabilidade do então Chefe do Poder Executivo Municipal, Sr. SAULO DOMINGUES GOUVEA.

A CGM efetuou exame e em razão das **IRREGULARIDADES** a seguir elencadas, com **IMPROPRIEDADES, DETERMINAÇÕES, RECOMENDAÇÕES, COMUNICAÇÕES E EXEPEDIÇÃO DE OFÍCIOS**, sugeriu a Emissão de Parecer Emissão de Parecer Prévio Contrário à aprovação das Contas do Chefe do Poder Executivo:

IRREGULARIDADE N.º 1

Deficit financeiro no montante de R\$1.039.374,33, ocorrido em 2016, término do mandato, indicando o não cumprimento do equilíbrio financeiro estabelecido no § 1º do artigo 1º da Lei Complementar Federal n.º 101/00.

IRREGULARIDADE N.º 2

Não cumprimento dos ditames do artigo 42 da Lei Complementar Federal n.º 101/00, que veda, nos dois últimos quadrimestres do mandato, a assunção de obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito. Conforme os dados do presente relatório foi apurada, em 31/12/2016, uma insuficiência de caixa no montante de R\$1.039.374,33.

Em sua análise, o **MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL (fls. 1083/1130 - 1º PARECER)**, representado pelo Procurador-Geral Sergio Paulo de Abreu Martins Teixeira, posiciona-se **parcialmente de acordo** com o Corpo Instrutivo, acrescentando a irregularidade a seguir:

IRREGULARIDADE N.º 03

O município cancelou, sem justificativa apresentada neste processo, Restos a Pagar Processados no valor de R\$ 134.392,18, após a liquidação da despesa e a assunção da obrigação de pagar (art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64). A conduta atenta contra os princípios constitucionais da transparência, da impessoalidade e da moralidade administrativa (art. 37 da CRFB/88).

É O RELATÓRIO.

De acordo com o disposto no art. 9º da Deliberação TCE-RJ n.º 199/96, foi publicada pauta especial no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 02/08/17, sendo aberto prazo para apresentação de razões pelo interessado até o dia 11/08/17.

Após a citada publicação, o procurador do interessado compareceu ao meu gabinete para obter vistas do presente processo (conforme termo de vista juntado aos autos).

Em 11/08/2017, deram entrada neste Tribunal, sob a forma do documento TCE-RJ nº 18.017-8/17, novos elementos com a finalidade de esclarecer as irregularidades / impropriedades apontadas pelo Corpo Instrutivo e pelo Ministério Público Especial, que deram origem à sugestão de parecer prévio contrário à aprovação das contas do poder executivo.

Desta forma, em função dos elementos apresentados nos novos documentos/esclarecimentos, entendo que as contas do exercício de 2016 devem ser reexaminadas, em detrimento a serem, neste momento, objeto de parecer prévio, motivo pelo qual me manifesto **EM DESACORDO** com o proposto pelo Corpo Instrutivo e Ministério Público Especial,

VOTO:

1- Pela **DILIGÊNCIA INTERNA** para que o Corpo Instrutivo, no prazo de 05 (cinco) dias, analise o conteúdo do documento **TCE-RJ nº 18.017-8/17**, procedendo ao reexame da prestação de contas do Governo Municipal de Cantagalo, relativa ao exercício de 2016, submetendo-a, após, ao Conselheiro Relator, ouvido previamente o Ministério Público Especial.

GA-2,

MARCELO VERDINI MAIA
Conselheiro Substituto